

Jornada de seis horas gera atritos trabalhistas

SÃO PAULO — Entre os direitos trabalhistas aprovados pela Constituinte promulgada há pouco mais de um mês, o mais polêmico é a aplicação da jornada de seis horas para turnos de revezamento ininterrupto. O dispositivo está causando greves e deverá ser o principal alvo de lutas do movimento sindical no primeiro semestre do próximo ano.

Empresários e sindicalistas têm interpretações diferentes quanto à definição de turno de revezamento ininterrupto. Muitas negociações estão ocorrendo entre empresas e sindicatos, mas poucas chegam a um acordo. Algumas empresas fixaram suas turmas tentando escapar à determinação de reduzir a jornada para seis horas e com isso terem de contratar mais uma turma. Outras estão propondo pagar 100% sobre as duas horas extras diárias, sob protesto dos sindicalistas, que temem aumento do desemprego.

O Sindicato que está às voltas com o maior número de problemas nessa área é o dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais

e Espelhos do Estado, que tem 80% de seus 26 mil trabalhadores abrangidos pela redução da jornada diária de trabalho para seis horas. Em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o Sindicato estudou várias formas de redução da jornada.

Os cálculos são de que neste setor deverão ser criadas duas mil novas vagas. Por isso, o Sindicato está orientando os empregados filiados a não aceitarem o pagamento em dobro das duas horas extras diárias.

— A divergência é que os sindicatos entendem que todo trabalho em turno, mesmo não sendo ininterrupto, deve ter sua jornada reduzida — diz o Diretor da Delegacia Regional de Diadema do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Ivo Limoeiro.

— Há ainda casos de empresas que simplesmente não têm condições financeiras de aplicar a nova jornada. Enquanto isso não se resolve, propusemos a celebração de acordos onde a jornada seria prorrogada em duas horas extras, co-

mo prevê a Constituição. Mas os sindicatos não aceitaram essa solução — disse.

Para o Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Agenor Narciso, também Presidente da CUT/ABC, a lei é clara. Em sua base há cinco mil trabalhadores em turnos de revezamento, e para que eles trabalhem seis horas será necessária a contratação de pelo menos mais dois mil operários.

— O Sindicato está negociando com as empresas do Pólo Petroquímico o turno de seis horas, com a contratação de uma quinta turma de trabalhadores, até a próxima quarta-feira. Após essa data, vamos partir para a preparação de greves por empresas — ressaltou.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco já registrou uma greve, na empresa Brasinox, pela aplicação da redução da jornada semanal para 44 horas e da diária para seis horas.

Para o Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, Argeu Quintanilha, a absorção dos direitos trabalhistas aprovados na Constituição está se processando sem maiores traumas.